

**RGF
2022**

3º
Quadrimestre
2022

Brasília
Dezembro de 2022

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.
2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante do Ministério da Controladoria-Geral da União.
4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o terceiro quadrimestre de 2022, se encerra em 30 de janeiro do exercício corrente.

5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submetemos o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2022.

6. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,

FERNANDO HADDAD
Ministro da Fazenda

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro da Controladoria-Geral da União

SUMÁRIO

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal, 5

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, 9

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, 11

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito, 12

Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar, 13

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, 14

Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos, 15

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RPNP
	LIQUIDADAS														
	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	MAI/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	SET/22	OUT/22	NOV/22	DEZ/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.961.757	21.290.924	21.473.295	21.424.131	21.187.794	28.876.602	23.873.675	27.025.254	21.882.760	21.692.338	32.557.417	24.614.499	286.860.446	1.166.416	
Pessoal Ativo	11.133.420	11.085.898	11.102.364	11.077.698	11.017.254	13.956.038	13.183.998	13.523.581	11.278.836	11.290.028	17.132.447	14.112.001	149.893.562	845.856	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.656.082	9.495.848	9.519.262	9.466.621	9.410.314	12.249.036	11.645.315	11.927.444	9.587.772	9.702.244	14.313.660	12.446.014	129.419.611	320.305	
Obrigações Patronais	1.477.339	1.590.050	1.583.102	1.611.077	1.606.940	1.707.002	1.538.683	1.596.137	1.691.064	1.587.783	2.818.788	1.665.986	20.473.951	525.551	
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.822.082	10.117.747	10.271.508	10.167.008	10.061.295	14.769.394	10.574.584	13.304.454	10.442.169	10.233.287	15.261.348	10.317.921	135.342.797	81.932	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.296.428	6.460.317	6.632.466	6.510.440	6.431.057	9.387.246	6.848.896	9.080.714	6.722.685	6.518.798	9.766.489	6.591.870	87.247.406	67.343	
Pensões	3.525.654	3.657.430	3.639.042	3.656.568	3.630.238	5.382.147	3.725.688	4.223.740	3.719.485	3.714.489	5.494.860	3.726.052	48.095.392	14.590	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	6.256	87.279	99.423	179.425	109.244	151.170	115.093	197.220	161.755	169.023	163.621	184.577	1.624.087	238.628	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.898.882	4.264.816	4.580.549	4.343.016	3.837.251	4.715.045	5.849.410	8.899.384	3.056.763	2.719.096	2.935.978	2.075.915	51.176.104	173.756	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	70.967	127.946	362.730	152.110	101.733	76.117	75.972	79.051	84.393	46.870	48.423	27.794	1.254.109	8.774	
Decorrentes de Decisão Judicial	133.430	213.425	270.595	280.825	311.778	269.736	2.699.886	5.824.140	525.273	553.519	319.951	379.918	11.782.475	137.895	
Despesas de Exercícios Anteriores	72.345	38.684	34.092	35.441	40.103	79.816	41.292	40.277	38.456	31.482	37.327	45.675	534.990	22.346	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.622.141	3.884.761	3.913.132	3.874.640	3.383.636	4.289.377	3.032.260	2.955.916	2.408.637	2.087.225	2.530.276	1.622.529	37.604.529	4.742	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.062.875	17.026.109	16.892.746	17.081.115	17.350.543	24.161.557	18.024.266	18.125.871	18.825.997	18.973.241	29.621.439	22.538.583	235.684.342	992.661	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													1.253.427.307	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)													236.677.002	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100														18,882%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%													475.048.949	37,900%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,005%													451.296.502	36,005%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 34,10%													427.544.054	34,100%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.
- A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 161/GS/CON/SFC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.
- Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.
- Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.
- Constam na linha de despesas com contratos de terceirização os valores executados no âmbito do Ministério da Saúde, que somam R\$ 836,04 milhões, com a Rede Sarah de Saúde (Associação da Pioneiras Sociais), bem como os contratados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que somam R\$ 305,09 milhões, e R\$ 6,44 milhões contratados pelo Ministério da Educação, obtidos a partir da 86332.00.00 (Despesa com Pessoal - Contrato de Gestão).

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS														INSCRITAS EM
	(Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	MAI/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	SET/22	OUT/22	NOV/22	DEZ/22	RP NP (b)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	41.893	44.161	43.312	43.213	43.640	64.772	44.051	43.826	43.738	43.982	65.933	44.486	567.009	0	
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Pessoal Inativo e Pensionistas	41.893	44.161	43.312	43.213	43.640	64.772	44.051	43.826	43.738	43.982	65.933	44.486	567.009	0	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	27.238	28.233	27.835	27.836	27.873	41.468	27.931	27.791	27.827	28.077	42.287	28.290	362.685	0	
Pensões	14.655	15.928	15.478	15.377	15.768	23.304	16.120	16.035	15.911	15.905	23.647	16.196	204.323	0	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	267	279	273	272	273	272	2.706	2.830	2.780	2.761	1.936	278	14.926	0	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Decorrentes de Decisão Judicial	30	31	30	30	30	30	30	30	31	31	31	36	369	0	
Despesas de Exercícios Anteriores	236	249	243	242	243	242	0	0	0	0	4	204	1.663	0	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0	0	0	0	2.676	2.800	2.749	2.730	1.901	38	12.894	0	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	41.626	43.882	43.039	42.941	43.367	64.500	41.345	40.996	40.958	41.221	63.997	44.209	552.083	0	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			1.253.427.307	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)			552.083	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100				0,044%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹			2.118.292	0,169%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%			2.012.378	0,161%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,152%			1.906.463	0,152%

FONTE: SIAFI-STN/CCONT/GEINF

¹ O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo I(LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RPNP (b)
	LIQUIDADAS														
	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	MAI/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	SET/22	OUT/22	NOV/22	DEZ/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.617	34.172	33.118	32.853	32.745	49.267	32.944	32.604	33.057	32.539	48.836	33.063	425.815	0	
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Pessoal Inativo e Pensionistas	30.617	34.172	33.118	32.853	32.745	49.267	32.944	32.604	33.057	32.539	48.836	33.063	425.815	0	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	22.213	24.555	23.791	23.591	23.421	35.132	23.496	23.042	23.507	23.265	34.792	23.534	304.338	0	
Pensões	8.405	9.617	9.327	9.262	9.323	14.135	9.448	9.562	9.550	9.274	14.044	9.529	121.477	0	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (I - II)	56	56	56	59	59	69	67	173	58	137	3.610	2.285	6.684	0	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Decorrentes de Decisão Judicial	56	56	56	56	56	69	58	58	58	137	127	136	924	0	
Despesas de Exercícios Anteriores	0	0	0	3	3	0	8	114	0	0	0	0	128	0	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.483	2.148	5.631	0	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	30.561	34.116	33.062	32.793	32.686	49.199	32.877	32.432	32.998	32.402	45.226	30.779	419.131	0	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			1.253.427.307	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)			419.131	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100				0,033%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹			1.240.893	0,099%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%			1.178.848	0,094%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,089%			1.116.804	0,089%

FONTE: SIAFI-STN/CCONT/GEINF

¹O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAIS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RPNP (b)
	LIQUIDADAS														
	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	MAI/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	SET/22	OUT/22	NOV/22	DEZ/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.030.227	1.316.516	1.125.628	1.120.179	1.090.169	1.267.687	1.092.399	885.083	1.449.426	1.150.125	1.379.331	955.714	13.862.485	23.490	
Pessoal Ativo	553.395	529.835	551.029	521.933	506.977	549.600	470.899	481.018	607.926	526.115	625.320	536.249	6.460.294	19.773	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	538.625	514.654	535.975	506.660	491.818	534.368	455.730	465.804	592.686	510.826	594.791	520.948	6.262.883	19.746	
Obrigações Patronais	14.769	15.182	15.053	15.274	15.159	15.232	15.169	15.214	15.240	15.289	30.529	15.301	197.411	27	
Pessoal Inativo e Pensionistas	476.832	786.681	574.599	598.246	583.192	718.088	621.500	404.065	841.500	624.011	754.011	419.465	7.402.190	3.718	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	406.536	690.756	500.454	517.432	511.456	619.224	537.912	336.432	748.933	539.930	643.959	350.849	6.403.874	3.098	
Pensões	70.296	95.925	74.145	80.813	71.736	98.864	83.589	67.634	92.567	84.081	110.052	68.616	998.317	619	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Despesa com pessoal não executada orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19)	578.593	75.985	92.512	74.774	73.138	89.748	77.002	102.685	79.740	82.533	131.984	35.807	1.494.500	4.594	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.305	8.754	20.084	7.831	5.415	6.042	9.228	17.625	17.577	7.852	5.953	5.481	114.146	1.335	
Decorrentes de Decisão Judicial	100	93	93	93	94	92	93	93	94	93	94	98	1.130	0	
Despesas de Exercícios Anteriores	515.606	1.500	6.527	9	1.437	5	1.664	962	5.330	22	1.414	65	534.541	3.051	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	60.582	65.638	65.807	66.841	66.193	83.609	66.017	84.004	56.739	74.567	124.524	30.163	844.683	208	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	451.634	1.240.532	1.033.116	1.045.405	1.017.031	1.177.940	1.015.397	782.399	1.369.685	1.067.592	1.247.347	919.908	12.367.985	18.897	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1253.427.307	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	12.386.881	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100		0,988%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)	27.575.401	2,200%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	26.196.631	2,090%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,98%	24.817.861	1,980%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

¹ O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R\$ milhares			R\$ milhares
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.613.351.186	7.713.582.022	7.906.258.207	8.185.160.134	
Dívida Mobiliária	7.601.931.776	7.628.181.445	7.830.570.999	8.061.208.196	
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)	-71.680.730	0	0	36.534.999	
Dívida Contratual	73.872.787	58.463.362	70.840.184	81.290.857	
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	921.213	21.234.374	1.074.635	450.218	
Demais	8.306.141	5.702.841	3.772.388	5.675.864	
DEDUÇÕES (II) *	2.774.773.785	2.670.789.172	2.791.684.182	2.991.786.768	
Ativo Disponível	1.734.295.496	1.673.212.124	1.683.560.089	1.827.434.126	
Haveres Financeiros	1.123.066.450	1.107.662.654	1.202.379.026	1.261.365.040	
(-) Restos a Pagar Processados ¹	-82.588.161	-110.085.607	-94.254.933	-97.012.398	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	4.838.577.401	5.042.792.850	5.114.574.024	5.193.373.366	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.062.519.048	1.137.751.621	1.247.128.737	1.253.427.307	
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	716,54%	677,97%	633,96%	653,02%	
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	455,39%	443,22%	410,11%	414,33%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <96> ²	-	-	-	-	
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022			
PASSIVO ATUARIAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
RPPS Civil	2.256.171.268	2.158.319.833	2.158.319.833	2.326.266.176	
Despesas Previdenciárias do FCDF	1.309.624.241	1.309.656.501	1.309.656.501	1.404.782.064	
Millitares Inativos	56.353.455	56.353.455	56.353.455	61.903.579	
Pensões Militares	554.974.554	456.426.114	456.426.114	525.897.514	
	335.219.018	335.883.763	335.883.763	333.683.019	

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

¹O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre de 2021.

² Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares		
		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.613.351.186	7.713.582.022	7.906.258.207	8.185.160.134
Dívida Mobiliária	7.601.931.776	7.628.181.445	7.830.570.999	8.061.208.196
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	5.343.364.587	5.355.297.116	5.529.096.672	5.694.077.957
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-3.740.480	-3.933.848	-3.978.046	-4.149.499
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	2.029.394.035	2.074.072.301	2.091.606.706	2.155.463.636
Dívida Securitizada	4.313.158	3.201.226	5.160.163	3.638.671
Dívida Mobiliária Externa	228.600.477	199.544.650	208.685.504	212.177.432
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)	-71.680.730	0	0	36.534.999
Dívida Contratual	73.872.787	58.463.362	70.840.184	81.290.857
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	921.213	21.234.374	1.074.635	450.218
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	2.723.656	2.743.487	2.620.574	2.396.886
Outras Dívidas	5.582.485	2.959.354	1.151.814	3.278.978
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	5.582.485	2.959.354	1.151.814	3.278.978
Demais Dívidas	0	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	2.774.773.785	2.670.789.172	2.791.684.182	2.991.786.768
Ativo Disponível	1.734.295.496	1.673.212.124	1.683.560.089	1.827.434.126
Depósitos do TN no BCB	1.731.527.223	1.669.631.339	1.679.732.417	1.824.334.814
Depósitos à Vista	2.768.273	3.580.785	3.827.672	3.099.312
Arrecadação a Recolher	0	0	0	0
Haveres Financeiros	1.123.066.450	1.107.662.654	1.202.379.026	1.261.365.040
Aplicações Financeiras	620.518.228	569.676.402	576.214.621	589.623.563
Disponibilidades do FAT	390.496.642	387.750.559	414.168.155	421.459.837
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado *	230.021.585	181.925.843	162.046.465	168.163.725
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0	0
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	313.819.986	353.618.507	462.029.187	569.522.046
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	569.042.700	579.354.016	541.086.051	561.411.563
Créditos da Lei nº 8.727/93	7.366.462	7.029.949	6.853.776	5.990.939
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	35.140.692	36.701.241	4.490.176	5.059.155
Demais Dívidas Renegociadas	69.344.320	71.535.086	111.522.421	123.616.817
Ajustes para Perdas	-367.074.189	-341.001.785	-201.923.237	-126.556.428
Demais Ativos Financeiros	188.728.236	184.367.746	164.135.218	102.219.431
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0	0
Outros Créditos Bancários	193.459.722	188.758.972	168.684.098	107.556.315
Ajustes para Perdas	-4.731.486	-4.391.226	-4.548.879	-5.336.883
(-) Restos a Pagar Processados ¹	-82.588.161	-110.085.607	-94.254.933	-97.012.398
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	4.838.577.401	5.042.792.850	5.114.574.024	5.193.373.366
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.062.519.048	1.137.751.621	1.247.128.737	1.253.427.307
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	716,54%	677,97%	633,96%	653,02%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	455,39%	443,22%	410,11%	414,33%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - < % > ²	-	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	2.256.171.268	2.158.319.833	2.158.319.833	2.326.266.176
RPPS Civil	1.309.624.241	1.309.656.501	1.309.656.501	1.404.782.064
Despesas Previdenciárias do FCDF	56.353.455	56.353.455	56.353.455	61.903.579
Militares Inativos	554.974.554	456.426.114	456.426.114	525.897.514
Pensões Militares	335.219.018	335.883.763	335.883.763	333.683.019

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AO ESTADOS (I)	234.129.559	211.980.421	218.301.227	213.843.828
Em Operações de Crédito Externas	137.389.719	119.391.754	124.357.126	123.783.661
Em Operações de Crédito Internas	96.739.840	92.588.666	93.944.102	90.060.167
AOS MUNICÍPIOS (II)	30.544.394	27.932.683	29.216.669	30.879.271
Em Operações de Crédito Externas	22.351.793	19.767.617	20.927.142	21.702.328
Em Operações de Crédito Internas	8.192.602	8.165.066	8.289.528	9.176.943
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	38.736.754	33.469.134	33.053.192	32.129.028
Em Operações de Crédito Externas	30.743.067	26.330.534	26.566.246	25.992.686
Em Operações de Crédito Internas	7.993.687	7.138.600	6.486.945	6.136.341
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) ¹	34.179.495	29.627.759	29.542.333	29.019.312
FGTS - BNDES ⁽²⁾	1.834.203	1.715.379	1.604.379	1.491.333
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	24.988.192	20.559.520	20.648.106	20.007.463
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB	22.230	20.981	20.972	21.637
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira	902.203	955.026	982.703	988.791
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	2.726.912	2.641.388	2.491.098	2.651.780
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 ²	3.705.754	3.735.466	3.795.075	3.858.308
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	337.590.202	303.009.997	310.113.422	305.871.439
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	1.062.519.048	1.137.751.621	1.247.128.737	1.253.427.307
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	31,77%	26,63%	24,87%	24,40%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	637.511.429	682.650.973	748.277.242	752.056.384
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	573.760.286	614.385.875	673.449.518	676.850.746

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	234.129.559	211.980.421	218.301.227	213.843.828
Em Garantia às operações de Crédito Externas	137.389.719	119.391.754	124.357.126	123.783.661
Em Garantia às operações de Crédito Internas	96.739.840	92.588.666	93.944.102	90.060.167
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	30.544.394	27.932.683	29.216.669	30.879.271
Em Garantia às operações de Crédito Externas	22.351.793	19.767.617	20.927.142	21.702.328
Em Garantia às operações de Crédito Internas	8.192.602	8.165.066	8.289.528	9.176.943
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	15.161.073	13.211.417	12.278.895	12.174.592
Em Garantia às operações de Crédito Externas ³	11.199.116	9.654.675	9.171.164	9.215.912
Em Garantia às operações de Crédito Internas ³	3.961.958	3.556.742	3.107.730	2.958.680
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	279.835.027	253.124.520	259.796.791	256.897.691

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e CODIV

¹A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por lançamentos no SIAFI.

²Os valores relativos a esta linha ainda não se encontram registrados no SIAFI.

³Este demonstrativo retifica o anterior, tendo em vista que os valores constantes das linhas de Contragarantias dos Estados e Municípios vieram trocados (Externas no lugar das Internas e vice-versa). A troca não afetou o valor total do demonstrativo.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

 UNIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$ milhares	
		VALOR	
		No 3º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		629.827.179	1.560.118.685
Mobiliária		626.619.482	1.550.465.686
Interna		626.619.482	1.550.465.686
Refinanciamento		626.230.965	1.479.193.629
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		0	0
Outras Internas - Orçamentárias		156.012	70.279.913
Outras Internas - Extraorçamentárias		232.506	992.144
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008		232.506	989.748
Aporte em Empresas		0	0
Trocas e Demais Operações Internas		0	2.397
Externa		0	0
Refinanciamento		0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) ¹		0	0
Outras Operações Mobiliárias Externas		0	0
Contratual		3.207.697	9.652.999
Interna		0	0
Abertura de Crédito		0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		0	0
Outras Operações Contratuais Internas		0	0
Externa		3.207.697	9.652.999
Abertura de Crédito - Orçamentárias		3.207.697	9.652.999
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias		0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		0	0
Outras Operações Contratuais Externas		0	0

¹ Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.

² Representa o valor das operações efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, que até este quadrimestre foi de menos R\$ 31.718,76 milhões. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Além disso, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantia da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente manter a linha zerada.

³ Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.

 ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
 Secretário do Tesouro Nacional

 RONALD DA SILVA BALBE
 Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

LDO - Lei nº 14.116, de 31/12/2020, art. 159

R\$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL ¹	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	Despesas Empenhadas e Não Liquidadas do Exercício	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (DEPOIS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) ²
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = a - (b + c + d + e)	(g)	(h) = (f - g)	(h)
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	246.716.416.061	6.171.762.309	41.904.706.891	15.723.360.492	12.944.857.800	169.971.728.568	55.969.445.697	114.002.282.870	0
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.693.833.594.949	3.384.085.043	30.063.634.053	27.695.432.507	22.997.342.975	1.609.693.100.370	65.501.064.462	1.544.192.035.909	70
1. Recursos vinculados à Educação	22.371.740.321	135.189.462	175.873.798	1.151.713.341	319.935	20.908.643.785	2.493.307.680	18.415.336.105	0
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	51.658.753.011	581.850.827	7.601.780.558	4.761.104.434	1.421.141.340	37.292.875.853	9.557.806.536	27.735.069.316	0
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	1.215.156.909	468.667	1.441.261.432	2.598.448	153.635.391	-382.807.029	4.997.608	-387.804.637	0
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	16.563.724.035	0	13.056.294.219	0	265.921	3.507.163.894	1.695.857.569	1.811.306.325	0
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	10.931.629.903	862.173	0	44.503.533	-322.366	10.886.586.563	22.447.366	10.864.139.197	0
6. Recursos da Dívida Pública	1.208.082.258.206	1.866.102.640	13.001.887	14.331.041.020	69.615.340	1.191.802.497.319	8.119.894.205	1.183.682.603.114	0
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	2.014.566.277	12.106	128.828	6.650.883	8.713.005	1.999.061.455	30.512.378	1.968.549.077	0
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	32.100.665.671	0	0	699.742.316	0	31.400.923.355	25.090.318.721	6.310.604.635	0
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	310.918.996.579	792.838.413	7.644.600.763	6.688.887.737	3.943.137.302	291.849.532.363	18.477.903.880	273.371.628.483	70
10. Outros Recursos Vinculados	37.902.245.966	6.760.755	130.692.568	9.190.795	17.400.826.943	20.354.774.907	8.018.519	20.346.756.387	0
11. Recursos a Classificar	73.858.070	0	0	0	10.163	73.847.907	0	73.847.907	0
TOTAL (III) = (I + II)	1.940.550.011.009	9.555.847.352	71.968.340.945	43.418.793.000	35.942.200.775	1.779.664.828.938	121.470.510.159	1.658.194.318.779	70

FONTE: SLAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota:

¹ A coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta em 31/12/2021" foi recalculada de acordo com a classificação atual das fontes de recursos. Dessa forma, o detalhamento dos valores apresentados nessa coluna pode ser diferente daquele publicado no relatório de dezembro de 2021, na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta Atual".

² Os recursos vinculados com insuficiência de caixa são compensados pelos recursos ordinários.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)		R\$ milhares	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR	
Receita Corrente Líquida		1.253.427.307	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO			
Despesa Total com Pessoal - DTP		236.677.002	18,882%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%		475.048.949	37,900%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%		451.296.502	36,005%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%		427.544.054	34,110%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ			
Despesa Total com Pessoal - DTP		552.083	0,044%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		2.118.292	0,169%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%		2.012.378	0,161%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%		1.906.463	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA			
Despesa Total com Pessoal - DTP		419.131	0,033%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		1.240.893	0,099%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%		1.178.848	0,094%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%		1.116.804	0,089%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL			
Despesa Total com Pessoal - DTP		12.386.881	0,988%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		27.575.401	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%		26.196.631	2,090%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%		24.817.861	1,980%
DÍVIDA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		5.193.373.366	414,33%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	-
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores		305.871.439	24,40%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%		752.056.384	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)		0	0,00%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas		752.056.384	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-
DISPONIBILIDADE E RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM
Valor Apurado		121.470.510.159	1.779.664.828.938

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL PODER EXECUTIVO DO GOVERNO FEDERAL 3º QUADRIMESTRE DE 2022

PORTARIA Nº 924, DE 8 DE JULHO DE 2021, DA STN, QUE APROVOU A 12ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – ANEXO 1 – LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA “A”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes do anexo de Despesas com Pessoal:
- Movimento mensal dos últimos 12 meses nos itens de informação Despesas Liquidadas e Despesas Inscritas em RP Não Processados;
- Excluem-se do demonstrativo os valores de Auxílio-Reclusão e Salário-Família, identificados por Natureza de Despesa Detalhada.

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	Soma dos itens abaixo.	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	EXCETO 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar EXCETO 03 – Pensões do RPPS e do Militar EXCETO 34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização
	EXCETUANDO-SE	
	Linha	Obrigações Patronais 05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar
Obrigações Patronais	Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	07 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência 13 – Obrigações Patronais
	MAIS (+)	
Pessoal Inativo e Pensionistas	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31909213 – Obrigações Patronais 31919213 – Obrigações Patronais 31909207 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência
	Soma dos itens abaixo.	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
Aposentadorias, Reserva e Reformas	Elemento de Despesa	01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar

	MAIS (+) Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais Natureza da Despesa Detalhada 31901702 – Ajuda de Custo por Transferência do Militar para Inatividade Remunerada 31909109 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Civil 31909112 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Militar 31909115 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Civil 31909118 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Militar 31909123 – Precatórios – Inativo Civil 31909124 – Precatórios – Inativo Militar 31909128 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Civil 31909129 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Militar 31909201 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas 31909403 – Indenizações e Restituições Trabalhistas do Inativo Civil 31909414 – Compensações Pecuniárias – Lei nº 7.964/1989
Pensões	Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais Elemento de Despesa 03 – Pensões do RPPS e do Militar MAIS (+) Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais Natureza da Despesa Detalhada 31909110 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Civil 31909113 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Militar 31909116 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Civil 31909119 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Militar 31909136 – Precatórios – Pensionista Civil 31909137 – Precatórios – Pensionista Militar 31909130 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Civil 31909131 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Militar 31909203 – Pensões do RPPS e do Militar 31909220 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Cíveis 31909221 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Militares 31909406 – Indenizações e Restituições Trab. Pens. Militar
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais 3 – Outras Despesas Correntes Elemento de Despesa 34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização OU Conta Contábil 86332.00.00 – Despesas com Pessoal – Contrato de Gestão
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	Conta Contábil 86331.01.00 – Despesas com Pessoal a Executar – RGF (variação em relação ao mês de abertura 000/2022)
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	Soma dos itens abaixo.
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais Elemento de Despesa 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas EXCETUANDO-SE 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares

	Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Decorrentes de Decisão Judicial	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 91 – Sentenças Judiciais 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Despesas de Exercícios Anteriores	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Grupo de Despesa Fonte de Recursos Elemento de Despesa MAIS (+) Grupo de Despesa Fonte de Recursos Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar 03 – Pensões do RPPS e do Militar 1 – Pessoal e Encargos Sociais 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor 05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar 08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)		

Quanto à paginação do demonstrativo de Despesas com Pessoal, segue-se a seguinte metodologia:

DIVISÕES DO DEMONSTRATIVO	
União	UO – Poder 0 – Poder Executivo UO – Órgão Máximo 34000 – Ministério Público da União 59000 – Conselho Nacional do Ministério Público EXCLUINDO-SE Valores referentes ao GDF e dos ex-Territórios (Amapá e Roraima)
Governo do Distrito Federal	Unidade Orçamentária 73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal
Amapá	Plano Orçamentário (Código UO) 73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG Plano Orçamentário (Código UO) 73101 – Recursos sob Supervisão do MF Plano Orçamentário (Código PO) 0004 – Território do Amapá Função de Governo 09 – Previdência Social Subfunção de Governo 272 – Previdência do Regime Estatutário Programa de Governo 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Roraima	Plano Orçamentário (Código UO) 73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG Plano Orçamentário (Código UO) 73101 – Recursos sob Supervisão do MF Plano Orçamentário (Código PO) 0003 – Território de Roraima Função de Governo 09 – Previdência Social Subfunção de Governo 272 – Previdência do Regime Estatutário Programa de Governo 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

2) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – ANEXO 2 – LRF ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “B”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DÍVIDA CONSOLIDADA	
Dívida Mobiliária	Soma dos itens abaixo.
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.05 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 89991.39.06 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo Crítérios Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em mercado (exceto operações intraorçamentária). Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1000001 (CFT-A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1500001 (NTN-D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1700001 (NTN-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1800001 (NTN-P (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2000001 (CFT-D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2300007 (NTN-F (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2400001 (NTN-M (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2600001 (NTN-I (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2800001 (CFT-E (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3000001 (CDP/INSS (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3400001 (CP (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5000001 (LFT-A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5500001 (LFT-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5800001 (CTN (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6100001 (NTN-A1 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1400001 (NTN-C (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1200001 (CFT-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP9000001 (LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP8000001 (BTN/BIB (VL + CM + ENC) – Mercado); DP7000001 (LFT (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6600001 (NTN-A6 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6300001 (NTN-A3 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6200001 (NTN-A2 (VL + CM + ENC) – Mercado)
(-) Aplicações em Títulos Públicos	11111.50.XX Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata -11111.50.05 Poupança

		-11111.50.11 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU
		-11111.50.12 Resgate de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU
	Critérios	
	Tipo de Administração	"3", "4", "5", "6" e "8" (Administração Indireta)
	Órgão	EXCETO 25901 – "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)		
	89991.39.01	Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo
	89991.39.02	Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo
	89991.39.07	Dívida Mobiliária Interna BACEN – Curto Prazo
	89991.39.08	Dívida Mobiliária Interna BACEN – Longo Prazo
	Critérios	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em carteira BCB. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1500010 (NTN-D (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1800010 (NTN-P (VL + CM + ENC) – BACEN); DP2300010 (NTN-F (VL + CM + ENC) – BACEN); DP5500010 (LFT-B (VL + CM + ENC) – BACEN); DP7000010 (LFT (VL + CM + ENC) – BACEN); DP9000010 (LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1700010 (NTN-B (VL + CM + ENC) – BACEN)	
Dívida Securitizada		
	89991.39.01	Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo
	89991.39.02	Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo
	89991.39.03	Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo
	89991.39.04	Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo
	89991.39.05	Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo
	89991.39.06	Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo
	21211.02.02	Títulos da Dívida Agrária (TDA)
	22211.01.02	Títulos da Dívida Agrária (TDA)
	Critérios	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos referentes à dívida securitizada (exceto para TDAs). Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP3100001 (TDA – Título da Dívida Agrária); DP3201031 (BNCC920116); DP3201032 (JUST920116); DP3201059 (NUCL910801); DP3201077 (SOVT910901); DP3201078 (SOVT911001); DP3201080 (SOVT920116); DP3201081 (SOVT911114); DP3201145 (SUMA920199); DP3201202 (LOYD960615); DP3201222 (SIBR950815); DP3201228 (EXTE960815); DP3201233 (Dívida Agrícola); DP3201250 (CVSA970101); DP3201256 (ESTA980601); DP3200001 (CSTN000115); DP3201272 (ESTH980815); DP3201271 (ESTI980815); DP3201262 (ESTG980615); DP3201260 (ESTF980615); DP3201259 (ESTA980625); DP3201258 (ESTB980601); DP3201390 (CSTN000116); DP3201378 (SUNA971115); DP3201368 (EXTE990115); DP3201362 (LOYD990115); DP3201299 (JSTN_A002); DP3201296 (UNIA990116); DP3201281 (ESTJ981215); DP3201280 (JSTN_A001); DP3201277 (CVSD970101); DP3201276 (CVSC970101); DP3201275 (CVSB970101); DP3201257 (ESTC980601)	
Dívida Mobiliária Externa		
	89991.39.03	Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo
	89991.39.04	Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)		
	21891.29.01	Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado
	21891.29.02	Custos das Operações Cambiais e Reservas
	21894.29.02	Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas
	21895.29.02	Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas
	-11381.30.01	Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado
	-11381.30.02	Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas
Dívida Contratual		
Dívida Contratual de PPP		Sem informação.
Demais Dívidas Contratuais		
	21221.03.00	Empréstimos Externos – Em Contrato
	21211.03.01	Crédito Securitizado
	21211.03.03	Contratos de Empréstimos Internos
	21211.07.00	Empréstimos Recebidos Antecipadamente
	21214.03.01	Crédito Securitizado – Inter OFSS – Estados
	21214.03.03	Contratos de Empréstimos Internos – Inter Estados
	21215.03.01	Crédito Securitizado – Inter OFSS – Municípios
	21215.03.03	Contratos de Empréstimos Internos – Inter Municípios
	21251.01.03	Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos

	21221.06.01 Débitos de Operações Especiais 21231.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes 21231.02.02 Financiamento para Construção de Imóveis Habitacionais 21241.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes 21254.01.03 Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos – Inter Estados 21255.01.03 Juros Pró-Rata sobre Empréstimos Internos – Inter Municípios 22211.02.00 Empréstimos Externos – Em Contratos 22211.02.00 Empréstimos Internos – Em Contratos 21731.03.01 Instituições Financeiras 21731.06.02 Instituições Não Financeiras 21771.01.01 Instituições Financeiras 21735.04.02 Instituições Não Financeiras 22231.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente 22231.01.02 Financiamentos para Construção de Imóveis 21231.01.02 Financiamentos Internos 22241.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente 22731.03.01 Instituições Financeiras 22771.01.01 Instituições Financeiras
	Critérios ISF Lançamento P (Patrimonial) Para conta contábil 22731.04.01, é excluída a Unidade Gestora 170512 – Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	63110.00.00 RP Não Processados a Liquidar 63130.00.00 RPNP Liquidados a Pagar 63151.00.00 RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto 63152.00.00 RPNP a Liquidar em Liquidação Bloqueado 63120.00.00 RPNP a Liquidar em Liquidação 63210.00.00 RP Processados a Pagar 52211.01.01 Originário do OGU 52211.02.01 Antecipação – LDO 52211.02.09 Anulação da Antecipação – LDO 52212.01.01 Originário do OGU 52212.01.03 Originário do OGU – Suplementação Automática 52212.02.01 Créditos Especiais Abertos 52212.02.02 Créditos Especiais Reabertos 52212.02.03 Créditos Especiais Reabertos – Suplementação 52212.03.01 Créditos Extraordinários Abertos 52212.03.02 Créditos Extraordinários Reabertos 52212.03.03 Créditos Extraordinários Reabertos – Suplementação 52219.01.00 Alteração do Quadro de Detalhamento das Despesas 52219.02.00 Alteração da Lei Orçamentária 52219.03.00 Dotação Transferida 52219.04.00 Cancelamento de Dotações 52219.01.01 Acréscimo 52219.01.09 Redução 52219.02.01 Acréscimo 52219.02.09 Redução 52219.03.01 Acréscimo 52219.03.09 Redução -62213.03.00 Crédito Empenhado Liquidado e Pago
	Critérios Ação de Governo 0005 – "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)".
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	21891.26.00 Entidades Credoras – Federais 22891.16.00 Obrigações Junto a Entidades Federais

	22731.04.01	Instituições Financeiras
Critérios		
ISF Lançamento		P (Patrimonial)
Unidade Gestora		170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)"
Conta Corrente		Exceto "PF1705118"
Passivos Reconhecidos por Insuficiência de Créditos/Recursos	21311.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais
	21314.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Estados
	21315.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Municípios
	21121.01.00	Benefícios Previdenciários
	21141.98.00	Outros Encargos Sociais
	21144.98.00	Outros Encargos Sociais – Inter Estados
	21145.98.00	Outros Encargos Sociais – Inter Municípios
	21111.01.01	Salários, Remunerações e Benefícios
	22311.01.00	Fornecedores Nacionais
	21411.99.00	Outros Tributos e Contribuições
Critérios		
ISF Lançamento		P (Patrimonial)
DEDUÇÕES		
Ativo Disponível		
Depósitos do TN no BCB	11111.02.XX	Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional
	11111.03.XX	Conta Única – Subconta Fundo do RGPS
	11111.04.XX	Conta Única – Subconta Dívida Pública
Depósitos à Vista	11111.19.00	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11121.02.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais no Exterior
	11121.03.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Locais no Exterior
	11121.50.00	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira
	11121.52.00	Aplicações em Depósitos Realizáveis de Curtíssimo Prazo
Critérios		
Órgão		EXCETO 25901 – "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"
Unidade Gestora		EXCETO 380916 – "Coordenação–Geral de Recursos do FAT/MTE".
Arrecadação a Recolher	Os valores correspondem às conciliações das entradas na conta única no dia útil posterior ao encerramento do quadrimestre, separados em: Arrecadação IN–SRF 80/89, Outros e Pendência a Identificar.	
Haveres Financeiros		
Aplicações Financeiras		
Disponibilidades do FAT	11121.XX.XX	Caixa e Equivalentes em Moedas Estrangeiras
	11111.19.XX	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11111.50.09	Fundo de Aplicação Extramercado – FAT/FUNCAF/FNDE
	11111.50.11	Aplic Finan Liquidez Imediata Recursos CTU
	11241.01.XX	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.03.XX	Operações Especiais
	11351.07.XX	Depósitos Especiais
	11351.11.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Brasil
	11351.12.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Nordeste
	11351.13.XX	Depósitos Especiais no FAT no BNDES
	11351.14.XX	Depósitos Especiais no FAT na Caixa Econômica
	11351.15.XX	Depósitos Especiais no FAT na FINEP
	11351.16.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco da Amazônia
	11354.07.XX	Depósitos Especiais – Estados
	11355.07.XX	Depósitos Especiais – Municípios
	12111.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos
	12121.05.XX	Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão do TCU

	12114.03.XX Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Estados 12115.03.XX Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Municípios 11111.50.14 Depósitos FAT BB 11111.50.15 Depósitos FAT BNB 11111.50.16 Depósitos FAT BNDES
	Critérios Unidade Gestora 380916 – "Coordenação–Geral de Recursos do FAT/MTE".
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	23XXX.XX.XX Patrimônio Líquido 11121.51.00 Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio –11111.02.XX Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional –11111.03.XX Conta Única – Subconta Fundo do RGPS –11111.04.XX Conta Única – Subconta Dívida Pública –11121.02.00 Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais Exterior –11121.03.00 Bancos Conta Movimento – Bancos Locais Exterior –11121.50.00 Aplicação Financeira Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira –11121.52.00 Aplicação em Depósitos Realizáveis – Curtíssimo Prazo –11111.19.XX Bancos Conta Movimento – Demais Contas (para todas as UGs com exceção da 380916) –122XX.XX.XX Investimentos –123XX.XX.XX Imobilizado –124XX.XX.XX Intangível –125XX.XX.XX Diferido 11121.51.00 Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio Critérios Tipo de Administração 07 – "Fundos" Órgão EXCETO 37904 – “Fundo do Regime Geral da Previdência Social” e 25915 – “Fundo Constitucional do Distrito Federal” Se exclui a Disponibilidade do FAT das contas 23XXX.XX.XX para se chegar às Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado.
Recursos da Reserva Monetária	Sem informação no SIAFI.
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 9.496/1997 e à MP nº 2.185/2001.

Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF1705524 (Lei 9.496/97 (G1)); PF1705520 (Lei 9.496/97 (G3)); PF1705546 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G1)); PF1705547 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G2)); PF1705548 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G3)); PF1705406 (MP 2.185/2001 (G3)); PF1705525 (MP 2.185/2001 (G1)); PF1705529 (MP 2.185/2001 (G2)); PF1705544 (MP 2.185/2001 – Resíduo (G2)); PF1705545 (MP 2.185/2001 – Resíduo (G3)); PF1705528 (Lei 9.496/97 (G2)); e TODAS com os termos "9.496/97" e "2.185/2001".	
Créditos da Lei nº 8.727/93	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.00 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 8.727/1993. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF 1705109 (Lei 8.727/93 (G3)); TN0000016 (Lei 8.727/93 - CRC); TN0000017 (Lei 8.727/93 - Banco do Brasil - Demais Credores); PF1705109 (Lei 8.727/93); PF 1705536 (Lei 8.727/93 (G2)); e TODAS com o termo "8.727/93" na descrição.
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros).

Identificados pela Entidade no Conta Corrente que contenham os seguintes termos: PF1705104; PF1705117; PF1705521; PF1705534; PF1705116; PF1705531; PF1705532; PF1705113; PF1701536; PF1705520; PF1705533; PF1705464; PF1705534; PF1705119; BIB; PF1705114; MF 030; FRANÇA; EXTER; FRANÇA; DMLP; PF1705384.	
Demais Dívidas Renegociadas	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.00 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.
Ajustes para Perdas	12111.99.02 Ajuste para Perda de Crédito com Liquidação Duvidosa 12114.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos 12115.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos 11294.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos 11295.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos 12111.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos 11291.04.01 Ajuste de Perdas 11394.01.01 *Ajuste de Perdas – Subgrupo 113 12124.99.03 Ajuste para Perdas de Outros Créditos Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.
Demais Ativos Financeiros	
Haveres Externos (Garantias)	Sem informação.
Outros Créditos Bancários	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.02.01 Financiamento Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.02.03 Juros a Receber – Financiamentos Concedidos 11241.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber 11241.03.02 Juros a Receber – Operações Especiais 11241.03.04 Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber – Exceto FAT 11241.04.03 Encargos sobre Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11244.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber – Inter Estados 11245.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber – Inter Municípios 11241.03.03 Operações Especiais Securitizadas 11244.03.03 Operações Especiais Securitizadas – Inter Estados 11245.03.03 Operações Especiais Securitizadas – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber

	12111.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT 12111.03.12 Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber 12111.03.14 Créditos de Operações Especiais a Receber 12111.03.16 Juros a Receber – Operações Especiais 12111.03.20 Operações Especiais Securitizadas 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT – Municípios Critérios Unidade Gestora 170705 – "Coordenação–Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)" Unidade Gestora 170526 – "COFIS – Projeto Bird" Unidade Gestora 170700 – "Coordenação–Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais"
Ajustes para Perdas (Outros Créditos Bancários)	11291.04.01 Ajuste de Perdas 11291.04.03 Ajuste de Perdas em Operações Especiais 12111.99.04 *Ajuste de Perdas – Empréstimos e Financiamentos Concedidos 12111.99.07 *Ajuste de Perdas – em Operações Especiais Critérios Unidade Gestora 170705 – "Coordenação–Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)" Unidade Gestora 170526 – "COFIS – Projeto Bird" Unidade Gestora 170700 – "Coordenação–Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais"
(-) Restos a Pagar Processados	62292.01.03 Empenhos Liquidados a Pagar 63130.00.00 RPNP Liquidados a Pagar 63210.00.00 RP Processados a Pagar 62292.01.07 Empenhos Liquidados a Pagar Inscritos em RPP Critérios Ação de Governo EXCETO 0005 – "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)". 62292.01.02 Empenhos em Liquidação 62292.01.06 Empenhos em Liquidação Inscritos em RPNP 63120.00.00 RP Não Processados a Liquidar em Liquidação Critérios Unidade Gestora EXCETO 170600 – Coordenação–Geral de Controle da Dívida Pública

3) DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES – ANEXO 3 – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “C” E ART. 40, § 1º, com metodologia elaborada pela Coordenação–Geral de Controle da Dívida Pública, conforme a Nota Técnica SEI nº 2105/2023/ME, de 19 de janeiro de 2023, relativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias da União – Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre de 2022.

1. A presente nota trata do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ser emitido ao final de cada quadrimestre.

2. Com vistas à publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2022, encontra-se, no Anexo I, o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, em operações de crédito de entes subnacionais, com garantia da União. O quadro, que consolida as informações atinentes a garantias e contragarantias registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAFI, foi elaborado de acordo com as definições e a metodologia descritas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 13ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.447, de 2022.

LRF, art.55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1 – Anexo II

R\$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	234.129.559,21	211.980.420,78	218.301.227,12	213.843.827,83
Em Operações de Crédito Externas	137.389.718,73	119.391.754,33	124.357.125,60	123.783.660,54
Em Operações de Crédito Internas	96.739.840,48	92.588.666,44	93.944.101,52	90.060.167,29
AOS MUNICÍPIOS (II)	30.544.394,41	27.932.682,99	29.216.669,47	30.879.270,82
Em Operações de Crédito Externas	22.351.792,66	19.767.617,23	20.927.141,88	21.702.328,18
Em Operações de Crédito Internas	8.192.601,75	8.165.065,75	8.289.527,59	9.176.942,63
ÀS ESTATAIS FEDERAIS (III)	29.544.452,84	25.467.608,32	25.582.683,58	24.506.656,91
Em Operações de Crédito Externas	21.550.765,86	18.329.008,37	19.095.738,35	18.370.315,57
Em Operações de Crédito Internas	7.993.686,97	7.138.599,95	6.486.945,23	6.136.341,34
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (IV)	9.192.301,01	8.001.525,44	7.470.508,06	7.622.370,91
Em Operações de Crédito Externas	9.192.301,01	8.001.525,44	7.470.508,06	7.622.370,91
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (I + II + III + IV)	303.410.707,47	273.382.237,52	280.571.088,24	276.852.126,47
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VI)	234.129.559,21	211.980.420,78	218.301.227,12	213.843.827,83
Em Garantia às operações de Crédito Externas	137.389.718,73	119.391.754,33	124.357.125,60	123.783.660,54
Em Garantia às operações de Crédito Internas	96.739.840,48	92.588.666,44	93.944.101,52	90.060.167,29
DOS MUNICÍPIOS (VII)	30.544.394,41	27.932.682,99	29.216.669,47	30.879.270,82
Em Garantia às operações de Crédito Externas	22.351.792,66	19.767.617,23	20.927.141,88	21.702.328,18
Em Garantia às operações de Crédito Internas	8.192.601,75	8.165.065,75	8.289.527,59	9.176.942,63
DAS ESTATAIS FEDERAIS (VIII)	5.968.772,19	5.209.891,25	4.808.386,70	4.552.221,18
Em Garantia às operações de Crédito Externas	2.006.814,58	1.653.149,47	1.700.656,39	1.593.540,73
Em Garantia às operações de Crédito Internas	3.961.957,61	3.556.741,78	3.107.730,31	2.958.680,45
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	9.192.301,01	8.001.525,44	7.470.508,06	7.622.370,91
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.192.301,01	8.001.525,44	7.470.508,06	7.622.370,91
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VI + VII + VIII + IX)	279.835.026,82	253.124.520,45	259.796.791,36	256.897.690,74

3. Além do Manual de Demonstrativos Fiscais, foram seguidas as determinações contidas no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa nº 59, aprovada pelo TCU em 12/08/2009. Nesse sentido, conforme segue abaixo, são apresentados, nos anexos a esta Nota, a relação de novos contratos garantidos pela União em operações de crédito externo e o total honrado pela União em parcelas inadimplidas por entes subnacionais no âmbito de operações de crédito externas e internas garantidas, ocorridas no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

4. Os registros contábeis correspondentes às garantias concedidas pela União estão identificados no SIAFI, na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, por meio dos seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.2.1.1.01.04 para garantias concedidas em operações de crédito internas; e
- 8.1.2.1.1.02.04 para garantias concedidas em operações de crédito externas.

5. Por sua vez, a contabilização correspondente às contragarantias recebidas pela União está registrada na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, de acordo com os seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.1.1.1.03.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito internas; e
- 8.1.1.1.1.04.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito externas.

6. Seguindo o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, a partir de 2018, os saldos de garantias e contragarantias em operações de crédito passaram a ser registrados seguindo classificação por tipo de mutuário (estados, municípios, estatais federais e entidades controladas) e tipo de dívida (externa ou interna). As contas de controle no SIAFI foram ajustadas de modo a atender a nova classificação, sem prejuízo dos valores apurados no fechamento do exercício anterior.

7. As taxas de câmbio utilizadas para apuração de valores em reais do saldo garantido pela União em operações de crédito em moeda estrangeira foram as de 31/12/2022 (PTAX de venda do fechamento).

8. Ao final do 3º trimestre de 2022, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R\$ 276,85 bilhões. A dívida garantida em operações de crédito externas responde por R\$ 171,48 bilhões, equivalente a 61,94% do total. A dívida garantida em operações de crédito internas representa R\$ 105,37 bilhões, R\$ 38,06% do total.

9. Em comparação com o trimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (Interna e Externa) apresentou uma redução no valor de R\$ 3,72 bilhões (1,33%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

10. Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se uma queda de R\$ 3,35 bilhões (3,08%) em relação ao último trimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas sofreu uma queda de R\$ 371,84 milhões (0,22%) durante o 3º trimestre de 2022.

11. A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstos nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referentes a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas no caso de dispensa de contragarantias elencado acima.

13. Em atenção às determinações contidas no Acórdão nº 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União — TCU, apresenta-se, no Anexo II, a tabela “Garantias Externas – Razões para Dispensa de Contragarantias”, atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito internas.

LRF, art.55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1 – Anexo II

Valores em Reais 1,00

DISPENSA DE CONTRAGARANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado de Origem	SD Exercício Anterior	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre
Externa				19.543.951.284,72	16.675.858.898,30	17.395.081.954,76	16.776.774.835,10
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) – LC Nº 101, DE 04.05.2000				19.543.951.284,72	16.675.858.898,30	17.395.081.954,76	16.776.774.835,10
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BID1608/OC-BR	23/09/05	USD	1.000.000.000,00	1.395.125.000,00	1.076.053.125,00	1.132.906.250,00	978.318.750,00
BID1860/OC-BR	19/10/07	USD	1.000.000.000,00	2.092.687.500,00	1.690.940.625,00	1.780.281.250,00	1.630.531.250,00

BID2023/OC-BR	19/03/09	USD	1.000.000.000,00	2.615.859.375,00	2.152.106.250,00	2.265.812.500,00	2.119.690.625,00
BID2236/OC-BR	13/12/10	USD	1.000.000.000,00	3.139.031.250,00	2.766.993.750,00	2.751.343.750,00	2.608.850.000,00
BID3866/OC-BR	10/11/17	USD	750.000.000,00	4.185.375.000,00	3.601.483.928,56	3.791.767.857,13	3.726.928.571,40
BID4358/OC-BR	01/08/18	USD	600.000.000,00	1.857.302.755,22	1.637.175.518,90	1.723.675.471,60	1.736.555.610,77
BID4672/OC-BR	11/12/20	USD	750.000.000,00	4.185.375.000,00	3.689.325.000,00	3.884.250.000,00	3.913.275.000,00
BIRD7964-BR	05/12/11	USD	50.000.000,00	73.195.404,50	61.780.700,85	65.044.876,03	62.625.027,93
Interna				4.031.729.362,18	3.581.858.168,81	3.379.214.925,95	3.177.660.889,67
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				4.031.729.362,18	3.581.858.168,81	3.379.214.925,95	3.177.660.889,67
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BNDES - 2010578	14/04/10	BRL	5.916.460.013,00	1.823.207.953,08	1.431.313.072,89	1.282.267.748,03	1.133.152.805,93
BNDES - 2010589	30/11/10	BRL	3.468.868.873,04	2.208.521.409,10	2.150.545.095,92	2.096.947.177,91	2.044.508.083,74
TOTAL INTERNA E EXTERNA				23.575.680.646,90	20.257.717.067,11	20.774.296.880,71	19.954.435.724,77

14. A Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, determina a divulgação de todas as operações de crédito externas, com garantia da União, contratadas ao longo do período de referência do Relatório de Gestão Fiscal. As operações de crédito externas, garantidas pela União, contratadas ao longo de 2022 são elencadas no Anexo III.

Fonte: PGFN-COF

ANO	CONTRATO	CREDOR	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR	DESCRIÇÃO
2022	Fonplata BRA-29/2021	FONPLATA	Município de Indaiatuba/SP	30/03/2022	USD	30.000.000,00	Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos de Indaiatuba/SP - Rio Jundiá Limpo
2022	BID4970/OC-BR	BID	Estado da Bahia	19/04/2022	USD	40.000.000,00	PROFISCO II - BA
2022	Fonplata BRA-26/2020	FONPLATA	Município de Cascavel/PR	04/08/2022	USD	27.500.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano de Cascavel - PDU
2022	CFA011792	CAF	Município de Iguatu/CE	23/08/2022	USD	38.000.000,00	Programa de Infraestrutura Urbana de Iguatu/CE - PROINFI
2022	BIRD9069-BR	BIRD	Município de Belo Horizonte/MG	15/09/2022	USD	80.000.000,00	Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana de Belo Horizonte
2022	CFA011815	CAF	Estado de São Paulo	15/09/2022	USD	550.000.000,00	Expansão da Linha2 Verde e Aquisição de Material Rodante
2022	BIRD9380-BR	BIRD	Estado de Goiás	22/09/2022	USD	500.000.000,00	Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica e Ambiental do Estado de Goiás
2022	BID5402/OC-BR	BID	Estado do Paraná	22/09/2022	USD	90.560.000,00	Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná
2022	BID4960/OC-BR	BID	Estado de São Paulo	29/09/2022	USD	79.866.302,00	Projeto de Recuperação do Rio Tietê à Montante da Barragem da Penha, no Estado de São Paulo - Renasce Tietê
2022	Fonplata BRA-32/2021	FONPLATA	Município de Blumenau/SC	03/10/2022	USD	50.000.000,00	Programa de Infraestrutura Urbana e Saneamento - BLUMENAU MELHOR
2022	CFA011827	CAF	Município de Itapipoca/CE	04/10/2022	USD	50.000.000,00	PRODESA - Programa de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental
2022	Fonplata BRA-28/2021	FONPLATA	Município de Sorocaba/SP	10/10/2022	USD	16.000.000,00	Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - Desenvolve Sorocaba
2022	BID5423/OC-BR	BID	Estado do Amazonas	11/10/2022	USD	80.000.000,00	Programa Social e Ambiental de Manaus e Interior - PROSAMIN
2022	CFA011840	CAF	Município de São Caetano do Sul/SP	20/10/2022	USD	50.000.000,00	Programa de Desenvolvimento e Saneamento Ambiental
2022	NDB - 21BR03	NDB	Município de Sorocaba/SP	20/10/2022	USD	40.000.000,00	Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - Desenvolve Sorocaba
2022	Fonplata BRA-31/2021	FONPLATA	Município de Criciúma/SC	27/10/2022	USD	25.000.000,00	Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana de Criciúma/SC - 2ª Etapa
2022	BID5516/OC-BR	BID	Estado do Ceará	17/11/2022	USD	31.000.000,00	Programa para a Transformação Digital do Governo do Estado do Ceará (Programa Ceará Mais Digital)
2022	BIRD9378-BR	BIRD	Estado do Paraná	23/11/2022	USD	130.000.000,00	Programa Paraná Eficiente - Projeto de Inovação e Modernização da Gestão Pública
2022	BID5541/OC-BR	BID	Estado do Ceará	29/11/2022	USD	150.000.000,00	Programa de Qualificação da Infraestrutura Rodoviária Estadual - InfraRodoviária Ceará
2022	BID5411/OC-BR	BID	Estado de Sergipe	29/11/2022	USD	27.900.000,00	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Sergipe
2022	CFA011872	CAF	Estado do Ceará	29/11/2022	USD	60.000.000,00	Programa de Saneamento das Localidades Litorâneas do Ceará - PROSATUR
2022	BID5435/OC-BR	BID	Estado do Pará	21/12/2022	USD	100.000.000,00	Projeto de Desenvolvimento de Saneamento do Pará - PRODESAN
2022	NDB - 20BR05	NDB	BRDE	30/12/2022	EUR	134.640.000,00	Programa de Apoio à Infraestrutura Urbana, Rural e Social para Atingimento das ODS - BRDE

15. Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, informamos que, no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, a União realizou pagamentos referentes a honras de garantias concedidas em operações de crédito externas e internas, cujos montantes estão relacionados no Anexo IV desta Nota.

Em milhões de R\$

Mutuário	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Estados	2.361,87	4.031,34	4.805,60	8.350,24	13.265,20	8.963,28	9.750,86	51.528,38
Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	4.027,89	4.042,60	8.250,81	4.180,46	3.975,34	30.693,87
Minas Gerais	-	-	553,15	3.307,90	3.175,94	3.130,04	1.979,04	12.146,07
Goiás	-	-	33,59	770,15	553,18	1.301,48	1.288,31	3.946,71
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	-	-	886,57	886,57
Maranhão	-	-	-	-	280,16	-	547,90	828,07
Pernambuco	-	-	-	-	354,85	-	443,86	798,71
Piauí	-	-	126,95	-	62,25	-	352,16	541,36
Rio Grande do Norte	-	-	-	139,41	148,28	156,98	35,11	479,77
Amapá	-	-	-	90,18	82,26	194,32	-	366,76
Alagoas	-	-	-	-	-	-	242,57	242,57
Bahia	-	-	-	-	239,80	-	-	239,80
Roraima	27,42	41,89	64,00	-	2,27	-	-	135,58
Mato Grosso	107,13	-	-	-	-	-	-	107,13
Tocantins	-	-	-	-	88,86	-	-	88,86
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	25,60	-	-	25,60
Paraíba	-	-	-	-	0,65	-	-	0,65
São Paulo	-	-	-	-	0,29	-	-	0,29
Municípios	15,81	28,49	17,49	3,43	66,23	1,56	32,06	165,08
Natal - RN	10,93	28,49	17,49	-	4,50	-	-	61,41
Taubaté - SP	-	-	-	-	-	-	32,06	32,06
São Bernardo do Campo - SP	-	-	-	-	30,10	-	-	30,10
Goiânia - GO	-	-	-	-	11,95	-	-	11,95
Novo Hamburgo - RS	-	-	-	-	8,10	-	-	8,10
Belford Roxo - RJ	1,17	-	-	1,59	3,60	1,56	-	7,93
Chapecó - SC	2,27	-	-	-	3,76	-	-	6,03
Cachoeirinha - RS	1,45	-	-	1,83	2,54	-	-	5,82
Rio Grande - RS	-	-	-	-	1,68	-	-	1,68
Total Geral	2.377,68	4.059,83	4.823,09	8.353,67	13.331,43	8.964,84	9.782,93	51.693,46

16. Feitas tais considerações, sugerimos o encaminhamento da presente Nota e anexos para providências da Coordenação-Geral de Contabilidade — CCONT.

Os valores acima podem diferir do Anexo 3 publicado neste Relatório, porque não estão computados os valores de Garantias por meio de Fundos e Programas no anexo encaminhado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida (CODIV). Além disso, até recentemente, como foi o caso do exercício de 2018, aquela Coordenação-Geral agregava aos seus valores informações encaminhadas pelas entidades posteriormente ao fechamento do mês no SIAFI, diferindo deste demonstrativo, que leva em consideração exatamente os saldos no sistema até o fechamento do quadrimestre.

Os valores são verificados de forma independente pela Coordenação-Geral de Contabilidade Pública (CCONT), por meio do sistema Tesouro Gerencial, com base nos seguintes critérios:

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

GARANTIAS CONCEDIDAS		
AOS ESTADOS (I)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
AOS MUNICÍPIOS (II)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000065
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000071
		CG0000072
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000066
		CG0000067
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000068; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACA; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACA; CGASCA001; CGASCA007; CGASPN001
	OU	
	Conta Contábil	81211.01.10 – Seguros Garantia a Executar
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)		
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		
DOS ESTADOS (VII)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000065
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000071
		CG0000072
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar

	Conta Corrente	CG0000066 CG0000067
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000068; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACA; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACA; CGASCA001; CGASCA007; CGASPN001
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)		

4) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – ANEXO 4 – LRF, ART. 55, INCISO I ALÍNEA “D” E INCISO III ALÍNEA “C”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	Soma das Operações Mobiliárias e Contratuais.	
Mobiliária	Soma das Operações Internas e Externas.	
Interna	Soma dos itens abaixo.	
Refinanciamento	62131.00.00 Restituições	
	62132.00.00 Retificações	
	62133.00.00 Compensações	
	62134.00.00 Incentivos Fiscais	
	62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária	
	62120.00.00 Receita Realizada	
	Crítérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2111002 OU 8111002
	Natureza de Receita	21110200;21110201; 81110200; 81110201
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	89611.03.09 Emissão Interna por Assunção de Dívidas – CP	
	89611.03.10 Emissão Interna por Assunção de Dívidas – LP	
Outras Internas – Orçamentárias	62131.00.00 Restituições	
	62132.00.00 Retificações	
	62133.00.00 Compensações	
	62134.00.00 Incentivos Fiscais	
	62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária	
	62120.00.00 Receita Realizada	
	Crítérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2111001 OU 2111003
	Natureza de Receita	21110300;21110301;21110100;21110101
Outras Internas – Extraorçamentárias	Soma dos itens abaixo.	
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	89611.03.03 Emissão Interna por Aporte ao BACEN – CP	
	89611.03.04 Emissão Interna por Aporte ao BACEN – LP	
Aporte em Empresas	89611.03.11 Emissão Interna por Aporte em Empresas – CP	
	89611.03.12 Emissão Interna por Aporte em Empresas – LP	
Trocas e Demais Operações Internas	89611.03.01 Emissão de Títulos de Curto Prazo – Mercado	
	89611.03.02 Emissão de Títulos de Longo Prazo – Mercado	
	89611.03.05 Emissão de Títulos de Curto Prazo – TDA	
	89611.03.06 Emissão de Títulos de Longo Prazo – TDA	
Externa	Soma dos itens abaixo.	
Refinanciamento	62131.00.00 Restituições	
	62132.00.00 Retificações	

	62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Critérios Natureza de Receita Começa com: 2121002
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Mobiliárias Externas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada 89611.03.07 Emissão de Títulos de Curto Prazo – Externo 89611.03.08 Emissão de Títulos de Longo Prazo – Externo Critérios (EXCETO para as contas contábeis de emissão de títulos) Natureza de Receita Começa com: 2121001
Contratual	Soma das Operações Internas e Externas.
Interna	Soma dos itens abaixo.
Abertura de Crédito	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada Critérios Natureza de Receita Começa com: 2112001
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Contratuais Internas	212110398 Outros Contratos – Empréstimos Internos
Externa	Soma dos itens abaixo.
Abertura de Crédito – Orçamentárias	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada Critérios Natureza de Receita Começa com: 2122001 Natureza de Receita 21220100;21220101;21220102
Abertura de Crédito – Extraorçamentárias	Sem informação.
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Contratuais Externas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada Critérios Natureza de Receita Começa com: 2119001 OU 2129001
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Informações obtidas no Anexo 3 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	Operações que devem ser levadas em consideração no cumprimento do limite.
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	Soma dos itens abaixo.

Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios	
Concessão de Garantias	Grupo de Despesa	6 (Amortização/Refinanciamento da Dívida)
Saldo de concessões de garantias no ano, obtido no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal.		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (I) + (II) – (III)		

5) DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR – ANEXO 5 – LRF, ART. 55

– Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo; – Mês de referência: 14 (o código 14 indica exercício fechado no SIAFI); – Poder UG Executora: Executivo, exceto os Órgãos Ministério Público da União (34000) e Conselho Nacional do Ministério Público da União (59000); Composição das colunas do relatório:

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS				
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			(a)	+ 1.1.1.0.0.00.00 (“Caixa e Equivalentes de Caixa”) com ISF (Indicador de Superávit Financeiro) igual a “F”. + Valor positivo da equação “8.2.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Receber – Autorizado – Inscrição) – 8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Liberar – Autorizado – Inscrição)”, ou seja, o valor líquido dos recursos a receber para pagamento de restos a pagar. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. + Valor positivo da equação “8.9.4.3.2.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Receber) – 8.9.4.3.1.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Liberar)”, ou seja, o valor líquido dos recursos a receber relacionados a TED. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado.
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores	(b)	+ 6.3.2.1.0.00.00 (Restos a Pagar Processados a Pagar); + 6.3.1.3.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar).
		Do Exercício	(c)	+ 6.3.2.7.0.00.00 (Restos a Pagar Processados Inscritos no Exercício).
	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		(d)	+ 6.3.1.1.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Pagar); + 6.3.1.2.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação); + 6.3.1.5.1.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar Bloqueados por Decreto); + 6.3.1.5.2.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação Bloqueados).
	Demais Obrigações Financeiras		(e)	+ 2.0.0.0.0.00.00 com filtro “ISF Lançamento” igual a “F”; - 2.1.8.9.2.39.01 (Cota Recebida Diferida); - 2.1.8.9.2.39.02 (Repasse Recebido Diferido); - 2.1.8.9.2.39.03 (Sub-Repasse Recebido Diferido); - Colunas “b” e “c”; - 6.3.1.2.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação); - 6.3.1.5.2.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação Bloqueados); - 5.3.1.7.2.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação); + Valor positivo da equação “8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Liberar – Autorizado – Inscrição) – 8.2.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Receber – Autorizado – Inscrição)”. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. + Valor positivo da equação “8.9.4.3.1.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Liberar) – 8.9.4.3.2.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Receber)”, ou seja, o valor líquido dos recursos a liberar relacionados a TED. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	(f) = (a – (b + c + d + e))	Para apurar a Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em RPNP do Exercício), subtraímos da coluna “a” (Disponibilidade de Caixa Bruta) a soma das colunas “b”, “c”, “d” e “e”.
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO		+ 5.3.1.7.1.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício a Liquidar); + 5.3.1.7.2.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação).
EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		+ 6.3.1.9.1.00.00 (Cancelamento por Insuficiência de Recursos).

Linhas Agregadas	Fonte de Recursos		Fonte Detalhe		Mudança no TG em 2022
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS	00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO			
	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	=	017001; 032281; 392070; 980001; 980002	Incluído detalhamento 980002
	78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	=	980000	
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	=	711010; 980000	
	88	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO			
	98	DESVINCULACAO DE RECURSOS			
	99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL			
1. Recursos vinculados à Educação	12	REC.DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			
	13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	EXCETO	150071	
	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	=	261010	
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	=	261010	
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	=	261010	
	93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.			
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF			
	17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTARIAS P/ O MONTEPIO CIVIL			
	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	=	033907; 033908; 033909; 033911; 110244	
	23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES			
	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	=	369010; 253030	
	39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	=	191372; 209262	
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	=	369010	

	51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL			
	53	REC.DEST.ÀS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE SOCIAL			
	55	CONTRIB. S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA			
	70	REC. PROPRIOS PRIMARIOS C/ APLICACAO ESPECIFICA	=	120350; 120550; 262830; 270013; 270014; 270027; 270037; 701202; 701223; 702303	
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	=	369010; 369011; 057202	
	94	DOACOES PARA COMBATE A FOME			
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	56	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR P/ PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR PUBLICO			
	69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.PUBLICO			
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	=	559020	
	50	RECURSOS PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	=	017250	
	54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL			
	63	RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	=	339040; 409040	
	80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	=	339040	
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	=	559020	
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	07	OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS			
	60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO			
	61	CERTIFICADOS DE PRIVATIZACAO			
	67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE			
	89	REC. OPER. OF. CRED - RETORNO REF. DIV. CLUB. PARIS			
6. Recursos da Dívida Pública	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	=	751010	
	43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL			
	44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL			
	46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA			
	47	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - BENS/SERVIÇOS			
	48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA			
	49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-BENS/SERVICOS			

	52	RESULTADO DO BACEN			
	59	REC. OPER. OF. CRED.-RET. REF. DIV. MED. E L. PRAZOS			
	71	REC. DAS OPER. OF. DE CREDITO-RET. DE OC.-BEA/BIB			
	73	REC. DAS OPER. OF. DE CREDITO-RET. DE OC. EST. MUN.			
	64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA			
	97	DIVIDENDOS DA UNIAO			
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	14	REC. APLIC. DESP. DE CAPITAL PROGR. DE HABITAÇÃO SOCIAL			Nova classificação
	62	RECURSOS DA UNIAO DECORRENTES DA ALIEN. DE BENS E DIREITOS DO PATRIM. PUBLICO			
	63	RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	EXCETO	339040; 409040	
	65	ALIENÇÃO DE OBRIGAÇÕES DO FND			
	87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS			
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	01	TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS			
	02	TRANSFERENCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL			
	11	CONTRIB. DE INTERVENÇÃO ECONOMICA -CIDE COMBUSTIVEIS	=	017337	
	13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	=	150071	
	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	=	033905; 033910	
	19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO			
	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	=	442081; 442082; 731040	
	34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	=	001198; 032000; 032001	
	41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	=	32000	
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR. OU GAS.NATURAL	=	032284; 032290; 999995; 999996; 999997; 999999	
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC. EM POLITICAS PUBL. ESPECIFICAS	=	471010	
	08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST. EDUCACAO PUBL. E SAUDE			
	11	CONTRIB. DE INTERVENÇÃO ECONOMICA -CIDE COMBUSTIVEIS	EXCETO	017337	
	15	CONTRIBUICAO P/OS PROG. ESPECIAIS-PIN-PROTERRA			
	16	REC. OUTORGA DE DIR. DE USO DE REC. HIDRICOS-ANA			

	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	EXCETO	033905; 033907; 033908; 033909; 033910; 033911; 751010; 110244	
	20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS			
	27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO			
	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	EXCETO	017001; 032281; 392070; 442081; 442082; 731040; 980001	
	30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL			
	31	SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS-FUNDAF			
	32	RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF			
	33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO			
	34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	EXCETO	001198; 032000; 032001	
	35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE			
	37	COTA-PARTE DOS PRECOS DE REAL. DOS COMB. AUTOM.			
	39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	EXCETO	191372; 209262	
	40	CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP			
	41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	EXCETO	32000	
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	EXCETO	032284; 032290; 261010; 369010; 999995; 999996; 999997; 999999	
	50	RECURSOS PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	EXCETO	017250	
	57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS			
	58	FONTE EXCLUÍDA EM 2018 E SUBSTITUÍDA PELA 32			
	66	RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA			
	70	REC. PROPRIOS PRIMARIOS C/ APLICACAO ESPECIFICA	EXCETO	120350; 120550; 262830; 270013; 270014; 270027; 270037; 701202; 701223; 702303	
	72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS			
	74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD			
	75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS			
	76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS			
	78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	EXCETO	980000	
	79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA			

	80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	EXCETO	339040	
	81	RECURSOS DE CONVENIOS			
	82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES			
	83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS			
	84	CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS			
	85	DESV. PARCIAL DE REC. DA COTA - PARTE COMP. FINAN.			
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	EXCETO	471010; 711010; 980000; 261010; 369010; 369011; 057202; 559020	
	92	SALDOS EXERCICIOS ANTERIORES - REC.DO TESOURO			
	95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS			
	96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC			
10. Outros Recursos Vinculados	09	RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			
	21	APLICACOES DEFINIDAS NA ADPF Nº568			
	22	RECURSOS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO COVID-19			
	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	EXCETO	369010; 261010; 559020; 253030	
	90	RECURSOS DIVERSOS			
		Demais códigos contidos no Tesouro Gerencial que não se encaixam nas demais fontes.			
11. Recursos a Classificar	77	RECURSOS A CLASSIFICAR			

6) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES – ANEXO 6 – LRF, ART. 48

As informações são obtidas dos Anexos 1 a 4.